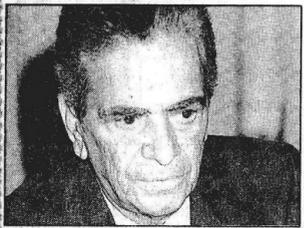


100 DIAS

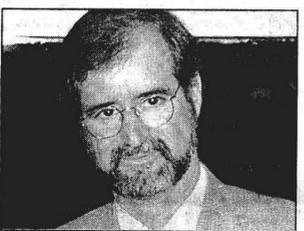
A CARA DO GOVERNO



Mário Covas (PSDB), governador de São Paulo — "O governo avançou na direção das reformas constitucionais. Já enviou algumas ao Congresso, tem feito uma ampla negociação, envolvendo não apenas os partidos que o apoiam, mas até mesmo a oposição. Ninguém espera que em dias depois estivessem resolvidos os problemas sociais do País. Mas em certas áreas houve avanços significativos. Acho que o presidente está tentando, e não tenho a menor dúvida de que irá conseguir, ser fiel aos compromissos que assumiu."



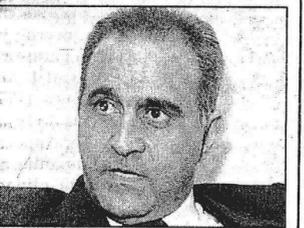
Marcelo Alencar (PSDB), governador do Rio de Janeiro — "Das ações do governo, vejo duas de extrema importância. No campo externo, o respeito internacional alcançado pelo presidente ao assumir postura de liderança entre países em desenvolvimento, na visita ao Chile. No campo interno, as diretrizes da política educacional e as consistentes propostas da reforma constitucional. Mas ninguém pode esperar que o sistema de reformas não exija muitas lutas fora do Congresso."



Eduardo Azeredo (PSDB), governador de Minas Gerais — "O mais positivo até agora foi a iniciativa de mudar a Constituição em relação à ordem econômica, para adaptar o Plano Real à economia mundial. Nas ações de governo, destaque o Programa Comunidade Solidária, que levanta importantes questões sociais. Temos também o início do programa de reforma agrária, lançado no Ceará, e a mobilização nacional pela educação. Acredito que as reformas constitucionais vão passar no Congresso."



Antônio Britto (PMDB), governador do Rio Grande do Sul — "A determinação de fazer a reforma constitucional e o envio das primeiras emendas são fatos muito positivos, mas o governo ainda não construiu a plena eficácia da coordenação das suas ações políticas. O presidente tem um universo tão amplo de atividades que é impossível ser o seu próprio coordenador político. Há carência de coordenação política. Mas o presidente está cumprindo o discurso do candidato e isso mostra seriedade."



Paulo Souto (PFL), governador da Bahia — "O envio das reformas ao Congresso é bastante positivo, mas do ponto de vista administrativo, prático, o governo se mostrou de certa forma indeciso na implementação de medidas que levassem até a população o sentimento de que existia um novo governo no País. Acho que nos próximos meses ele deverá dar ênfase especial a essa outra face da administração. O PFL é, neste momento, o partido que sustenta melhor a posição do governo no Congresso."

Insistência muda o rumo do Plano Real e fortalece Serra no comando da economia

BRASÍLIA — Demorou quase dez meses, mas José Serra conseguiu. Desde que o Plano Real foi lançado, quando era deputado pelo PSDB, Serra manifesta sua oposição à política cambial da equipe econômica e ao ritmo acelerado da abertura comercial. Chamava membros da equipe de "liberais de cartilha" e considerava que muitos deles estavam "brincando com fogo", porque não tinham experiência de comando. Tanto falou, que o presidente Fernando Henrique Cardoso resolveu ouvi-lo. Hoje, ministro do Planejamento, Serra é o homem forte da economia. Há quem considere que ele agora é a própria cara do governo.

"Começou o Plano Serra", comentou o deputado Delfim Netto (PPR-SP), quando viu o governo baixar as medidas aumentando as alíquotas para importação de carros. Delfim acha que a questão não é apenas de luta pelo poder dentro do Ministério — ou seja, que o ministro do Planejamento teria jogado para escanteio o ministro da Fazenda, Pedro Malan. "Com o domínio de Serra, são as teses cepalinas que voltam ao cenário brasileiro", argumenta o deputado paulista, numa referência às teses da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), da Organização das Nações Unidas, para a qual Fernando Henrique e Serra trabalharam.

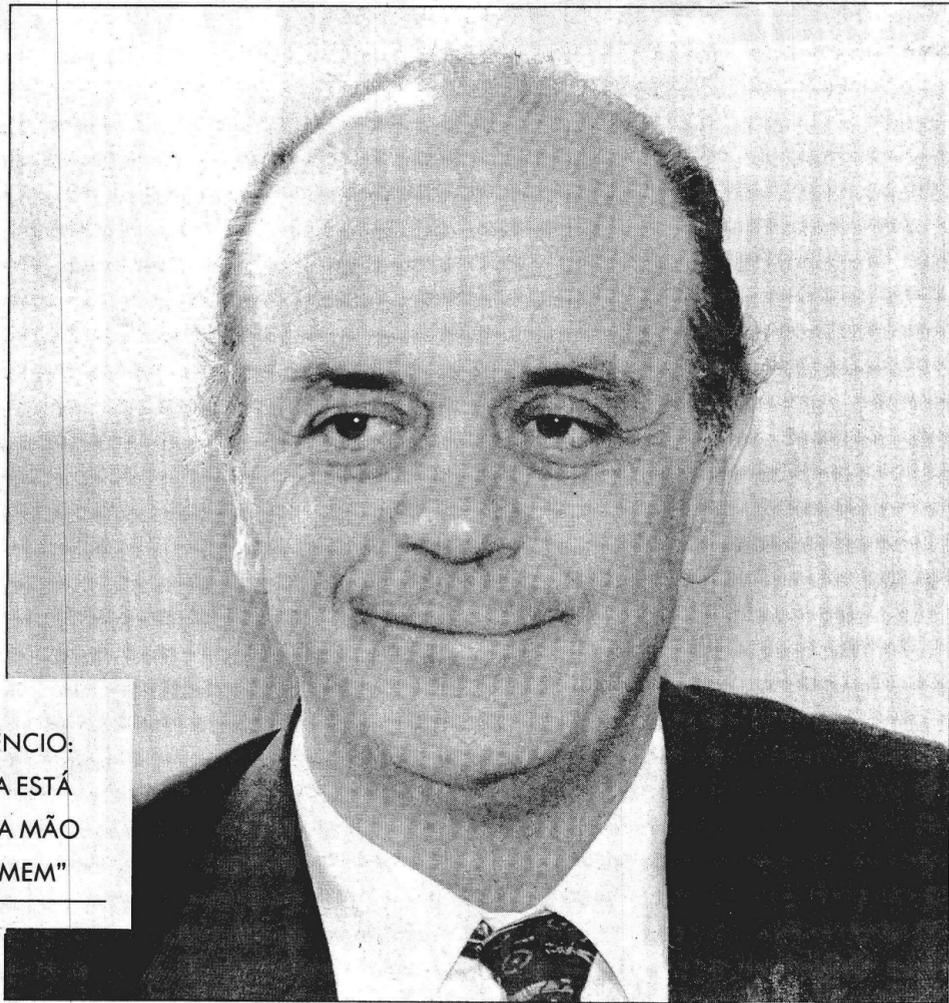
talvez Delfim esteja cometendo outro exagero quando fala no retorno das teses da Cepal — principalmente porque os teóricos cepalinos não são os mesmos das décadas de 60 e 70, quando defendiam a substituição das importações e o fechamento das economias nacionais para o desenvolvimento das indústrias locais. Hoje, os teóricos da Cepal consideram a formação de blocos econômicos inevitável, e defendem a integração competitiva dos países mais pobres.

Mas a ascensão de Serra ao Ministério tem, sem dúvida, um conteúdo ideológico. "Ele não tem apenas apetite pelo poder, tem uma formação diferente desse pessoal que adotou o neoliberalismo", opina o senador Pedro Simon (PMDB-RS). "Ele tem uma trajetória ideológica de esquerda", reforça o deputado Almino Afonso (PSDB-SP), vice-líder do governo na Câmara. "O surpreendente é ele não ter sido indicado desde o início para o Ministério da Fazenda", acrescenta Simon. Não foi por falta de empenho do atual ministro do Planejamento.

Quando o presidente eleito estava formando o Ministério, existia uma unanimidade entre os seus aliados políticos e mesmo entre os caciques tucanos: Serra não poderia ter o comando da economia. Não apenas por causa do seu estilo centralizador. Mas porque, desde o início, manifestou oposição a algumas das teses da equipe do Plano Real — particularmente a rápida abertura comercial e a política de câmbio fixo. "Ele vai querer fazer um novo plano", disse ao ex-presidente Collor Franco um de seus auxiliares. Fernando Henrique também achava isso. Ofereceu a Serra o Ministério da Educação. Serra recusou.

Temerosos com o rumo excessivamente liberalizante da equipe econômica, os setores mais organizados do empresariado fizeram chegar ao presidente Fernando Henrique o desejo de ver Serra ocupar o segundo posto da área econômica. Para surpresa do economista Paulo Renato Souza e dos caciques tucanos, Serra, eleito senador, terminou no Ministério do Planejamento. Desde então, avança sobre toda a área econômica, impulsionado principalmente pelo colapso da economia mexicana.

Sua influência na Esplanada dos Ministérios estende-se ao gabinete do ministro do Trabalho, Paulo Paiva, um ex-militante da Ação Popular (AP), grupo de esquerda ao qual Serra, Sérgio Motta (Comunicações) e Paulo Renato (Educação) pertenceram no passado. Em recente encontro com sindicalistas, Paiva antecipou algumas das mudanças na política cambial impostas pelo colega mais forte. "O acúmulo de reservas serviu para deflagrar a troca de moeda, mas a âncora cambial não serve no longo ou no médio prazo", disse Paiva. "O correto é partir para uma multiancoragem da moe-



INOCÊNCIO:
"AGORA ESTÁ
TUDO NA MÃO
DO HOMEM"

Ministro do Planejamento: apetite pelo poder e visão econômica temperada pelo passado na esquerda

da, e para isso é necessária a obtenção de superávit fiscal", explicou aos sindicalistas.

É o que faz Serra, com sua política de cortes no Orçamento e vigilância sobre o caixa do Tesouro. "Ele está criando uma âncora fiscal no tapa", disse um importante parla-

mentar. "Se deixarem, faz tudo por medida provisória, o que pode ser ruim politicamente, mas só valoriza seu papel dentro do governo." Enquanto assinava o decreto que aumentou o imposto de importação de cem produtos, Serra falava ao telefone com o líder do PFL na Câmara,

Inocêncio Oliveira (PE). "Estou assinando agora uma taxa de 70% para os carros", avisou. "Você me parece feliz como uma criança", devolveu Inocêncio. Depois de desligar, o deputado concluiu: "Agora está tudo na mão do homem." (Ribeirão Oliveira e Ricardo Amaral)

VEJA COMO
O COTIDIANO
DA SUA FAMÍLIA
PODE SER
UM ESPETÁCULO.

Conheça o mais fascinante eletrodoméstico desta UD.
IS Multimídia. O computador da família.

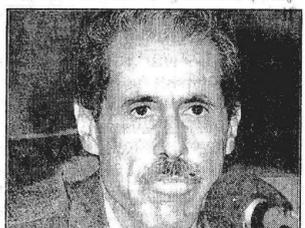


VISITE O ESTANDE DA ITAUTEC NA UD. DE 6 A 16 DE ABRIL, NO ANHEMBI.

A MARCA BRASILEIRA DA INFORMATICA.



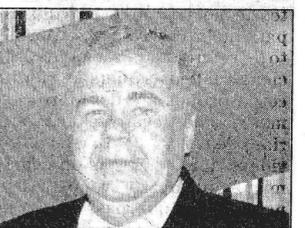
Cristóvam Buarque (PT), governador do Distrito Federal — "O mais positivo foi o anúncio da prioridade do governo para a educação. Foi a primeira vez que um presidente falou em cadeia de rádio e televisão sobre educação, e não sobre economia. O principal fato negativo é que o presidente, pelo seu passado e pela sua formação de intelectual progressista, poderia ter definido com mais clareza uma reorientação nas prioridades da aplicação dos recursos nacionais em direção aos setores sociais, como educação e saúde."



Vitor Buaziz (PT), governador do Espírito Santo — "O governo conseguiu desagradar a todos. Criou frentes de conflito em todas as áreas, no Congresso, na sociedade civil e nas universidades, sem ter sustentação política. No campo social, demonstrou desconhecer que o Brasil tem 32 milhões de famintos e que a saúde está na UTI. Começou com uma grande bagunça e agora está tentando melhorar suas propostas e tornar viável a reforma, com um debate maior com o Congresso Nacional."



Miguel Arraes (PSB), governador de Pernambuco — "Ainda é muito cedo para uma avaliação concreta do governo. Mas surpreende-nos a precipitação na reforma da Constituição, atacando injustamente os pontos que dizem respeito aos interesses nacionais e à soberania nacional. Em nenhum momento o governo propôs, por exemplo, a reforma do sistema educacional, do penitenciário, do de segurança pública, do financeiro ou do de saúde, que hoje não atendem aos interesses da população."



Jaime Lerner (PDT), governador do Paraná — "Estou sentindo que o foco de todo esse momento da vida nacional está só no Congresso. Acho que precisa existir uma agenda para o povo. Começar a fazer com que a população se sinta motivada. Não interessa se vai apoiar ou não as reformas, mas precisa entrar mais dentro do processo. Contudo, foi positivo encaminhar ao Congresso as propostas de reforma constitucional, um compromisso que Fernando Henrique assumiu como candidato."



Amazonino Mendes (PPR), governador do Amazonas — "Num Brasil que necessita de reformas, que tem o regime híbrido que não se define se é parlamentarista ou presidencialista, cem dias é tempo muito curto. Os desacertos no Congresso expressam, não raro, o interesse dos partidos no loteamento dos cargos na República. E sem o Congresso não há reformas. Deveria ser feito um plebiscito, delegando ao presidente poderes para a implantação das reformas, pois ele corre o risco de chegar ao fim do mandato sem fazer nada."